

## Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

### ATA NÚMERO 40/XV/ 1.ª SL

Aos 22 dias do mês de fevereiro de 2023, pelas 11 horas e 38 minutos, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, na Sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Apreciação e votação das atas das reuniões n.ºs 38 e 39, de 15 e 16 de fevereiro de 2023;**
2. **Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;**
3. **Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 543/XV/1.ª \(BE\)](#) — Confere força executiva às decisões condenatórias da Autoridade para as Condições do Trabalho para suspensão de despedimento e sanções abusivas e aprofunda o regime jurídico para combater o assédio no trabalho;**

**Relator: Deputado Hugo Maravilha (PSD)**

4. **Discussão dos seguintes projetos de resolução:**
  - **[Projeto de Resolução n.º 388/XV/1.ª \(CH\)](#) — Recomenda ao Governo que proceda à fiscalização das condições laborais dos trabalhadores mercantes;**
  - **[Projeto de Resolução n.º 389/XV/1.ª \(CH\)](#) — Recomenda ao Governo o alargamento da rede nacional de estruturas residenciais;**
5. **Deliberação sobre a admissibilidade da [Petição n.º 37/XV/1.ª](#) — Enfermeiros - Pelo direito do acesso ao estatuto de Profissão de Alto Risco e de Desgaste Rápido, da iniciativa de Eduardo Bernardino e outros, com 31875 assinaturas;**

**Relator: A indicar pelo Grupo Parlamentar do PS**

6. **Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para [audição da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social](#), sobre a falta de atualização, no ano de 2023, das pensões iniciadas em 2022;**
7. **Outros assuntos:**
  - **Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para [audição do Senhor Ministro da Educação e da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social](#), em reunião conjunta com a Comissão de Educação e Ciência (8ª Comissão), sobre a concretização do Decreto-lei n.º 54/2018, de 6 de março, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva;**
  - **Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para [audição do Senhor Ministro da Educação e da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social](#), em reunião conjunta com a Comissão de Educação e Ciência (8ª Comissão), sobre a concretização do Decreto-lei n.º 54/2018, de 6 de março, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva.**

## Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

### ATA NÚMERO 40/XV/ 1.ª SL

Encontrando-se a Senhora Presidente da Comissão, Deputada Isabel Meirelles, na Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, a [reunião](#) foi presidida pela Senhora Vice-Presidente da Comissão, Deputada Ana Bernardo, que cumprimentou todos os presentes e deu início aos trabalhos conforme ordem do dia:

1. Apreciação e votação das atas das reuniões n.ºs 38 e 39, de 15 e 16 de fevereiro de 2023;

As atas identificadas em epígrafe foram aprovadas por unanimidade, na ausência do GP do CH e do GP da IL.

2. Comunicação de baixa à Comissão e distribuição de iniciativas - designação do Deputado autor do parecer e deliberação sobre a submissão a apreciação pública e eventuais consultas a realizar;

A Senhora Vice-Presidente comunicou a baixa à Comissão do [Projeto de Resolução n.º 478/XV/1.ª \(L\)](#) — Recomenda ao Governo que aumente as pensões de invalidez e de velhice de modo a neutralizar os efeitos da inflação, informando que os Serviços se encarregariam de questionar o proponente sobre a pretensão de ver a iniciativa discutida em Comissão ou em Plenário. Deu ainda nota da baixa, em conexão, do [Projeto de Resolução n.º 489/XV/1.ª \(IL\)](#) — Pela transferência da sede da Direção-Geral da Segurança Social, cuja Comissão competente é a Comissão de Administração Pública, Ordenamento do Território e Poder Local.

3. Discussão e votação do parecer sobre o [Projeto de Lei n.º 543/XV/1.ª \(BE\)](#) — Confere força executiva às decisões condenatórias da Autoridade para as Condições do Trabalho para suspensão de despedimento e sanções abusivas e aprofunda o regime jurídico para combater o assédio no trabalho;

O relator, Deputado Hugo Maravilha (PSD), apresentou o seu [parecer](#) sobre o projeto de lei *supra* identificado, destacando o objeto e as motivações da iniciativa, bem como o respetivo enquadramento legal. Remeteu para a nota técnica quanto à informação sobre as iniciativas legislativas antecedentes ou pendentes sobre matéria idêntica e declarou que reservaria a sua opinião para o debate em Plenário. Concluiu afirmando que se encontravam reunidos os requisitos legais necessários à apreciação do projeto de lei pelo Plenário. A Senhora Deputada Mara Lagriminha Coelho (PS) agradeceu ao Relator a elaboração e a apresentação do parecer. No final, submetido a votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do GP da IL.

## Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

### ATA NÚMERO 40/XV/ 1.ª SL

4. Discussão dos seguintes projetos de resolução:

- [Projeto de Resolução n.º 388/XV/1.ª \(CH\)](#) — Recomenda ao Governo que proceda à fiscalização das condições laborais dos trabalhadores mercantes;

O debate sobre o projeto de resolução *supra* identificado ocorreu nos termos da [informação sobre a discussão em Comissão](#), constante da página da iniciativa no *site* do Parlamento, e que aqui se dá por inteiramente reproduzida.

- [Projeto de Resolução n.º 389/XV/1.ª \(CH\)](#) — Recomenda ao Governo o alargamento da rede nacional de estruturas residenciais;

A discussão sobre o projeto de resolução acima mencionado ocorreu nos termos da [informação sobre a discussão em Comissão](#), constante da página da iniciativa no *site* do Parlamento, e que aqui se dá por inteiramente reproduzida.

5. Deliberação sobre a admissibilidade da [Petição n.º 37/XV/1.ª](#) — Enfermeiros - Pelo direito do acesso ao estatuto de Profissão de Alto Risco e de Desgaste Rápido, da iniciativa de Eduardo Bernardino e outros, com 31875 assinaturas;

Relator: A indicar pelo Grupo Parlamentar do PS

No presente ponto, a Senhora Vice-Presidente referiu a questão suscitada na nota de admissibilidade sobre a distribuição à CTSSI da petição acima identificada, colocando-se à consideração a hipótese de redistribuição à Comissão de Saúde, atendendo ao objeto. Avançou, igualmente, que a distribuição de iniciativas legislativas ou petições sobre matérias laborais (carreiras, condições laborais, desgaste rápido, etc) era um tema que estava a ser abordado na Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, havendo indicações de que se fixaria um critério de distribuição à Comissão competente por fiscalizar o Ministério que, em cada caso, tutela a área de atividade dos profissionais. A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) fez saber que o GP do PSD se opunha à redistribuição da petição e que entendia que a concreta matéria da qualificação de profissões como profissões de desgaste rápido enquadrava o âmbito de competências da CTSSI, por implicar com o regime da antecipação da reforma. O Senhor Deputado Alfredo Maia (PCP) defendeu que a petição devia ser tratada em conexão entre as duas Comissões. O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) disse que a petição devia ser tramitada na CTSSI. Não tendo sido possível obter consenso e considerando o que, naquele momento, se conhecia do

## Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão

### ATA NÚMERO 40/XV/ 1.ª SL

debate ocorrido na Conferência dos Presidentes das Comissões Parlamentares, a decisão sobre a admissibilidade da petição ficou adiada para a reunião seguinte.

6. Discussão e votação do requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para audição da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, sobre a falta de atualização, no ano de 2023, das pensões iniciadas em 2022;

O Senhor Deputado Alfredo Maia (PCP) apresentou o requerimento, reportando ao fundamento que determinou a sua apresentação – a não atualização, no ano de 2023, das pensões iniciadas em 2022 –, situação que caracterizou como injusta. Salientou, igualmente, que a ausência de atualização tornava a conjuntura daqueles pensionistas ainda mais penosa considerando o contexto atual de inflação e de aumento do custo de vida. Nesses termos, defendeu que era da maior utilidade que a Senhora Ministra explicasse a opção do Governo e se estava ou não prevista a correção daquela situação.

O Senhor Deputado Jorge Galveias (CH) disse que era preciso ter noção dos problemas reais dos reformados e que o respetivo GP acompanharia a iniciativa do GP do PCP.

A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) informou que o GP do PSD acompanhava as preocupações trazidas a debate, considerando que seria útil ouvir a Senhora Ministra sobre o tema e referindo a existência de notícias que anunciavam a atualização de algumas pensões. Terminou dando conta que o GP do PSD viabilizaria o requerimento apresentado pelo GP do PCP.

A Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS) começou por referir que o GP do PS tinha por hábito viabilizar todas as audições propostas na Comissão, contudo, não o iria fazer no caso presente. Justificando a posição avançada, explicou que a atuação do Ministério do Trabalho não era uma opção, mas sim uma imposição legal, aludindo à Lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, que «cria o indexante dos apoios sociais e novas regras de atualização das pensões e outras prestações sociais do sistema de segurança social». Concluiu advogando que não fazia sentido trazer a Senhora Ministra ao Parlamento para justificar o cumprimento do previsto na lei e frisando que os sucessivos Governos do PS tinham vindo a aumentar as pensões.

A Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD) retomou o uso da palavra recordando que, na semana anterior, a Senhora Ministra tinha comunicado que iria



## **Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão**

### **ATA NÚMERO 40/XV/ 1.ª SL**

proceder à atualização de algumas pensões, pelo que se impunha ouvir os seus esclarecimentos sobre esse anúncio, que surgia na sequência de denúncias que vieram a público. Caracterizou como curiosa a afirmação de que o Governo estaria a cumprir a lei, afirmando que se assim fosse o executivo não teria efetuado um corte às pensões em 2023.

Seguiu-se nova intervenção do Senhor Deputado Jorge Galveias (CH), que acusou o GP do PS de impedir os esclarecimentos da Senhora Ministra sobre o que se passava com as pensões, referindo que não bastava a explicação de que estava a ser cumprida a lei, considerando que cada vez mais os pensionistas perdiam poder de compra.

A Senhora Deputada Isabel Pires (BE) explicou que não interveio inicialmente pois julgou que seria óbvia a necessidade de a Senhora Ministra prestar esclarecimentos em relação à questão das pensões. Acrescentou que o respetivo GP acompanharia o requerimento apresentado pelo GP do PCP, observando que uma vez mais o GP do PS iria impedir o Parlamento de obter explicações sobre uma situação que afetava muitas pessoas, não bastando a referência ao cumprimento da lei, quando, segundo afirmou, se alteravam as regras e se criavam regimes transitórios.

Também o Senhor Deputado Alfredo Maia (PCP) fez novamente uso da palavra manifestando a sua perplexidade pela posição expressa pelo GP do PS e questionando se o Governo tinha cumprido a lei quando procedeu à atualização das pensões em 2023, acrescentando que tinha sido feita uma alteração à lei para evitar o incumprimento. Disse que o GP do PCP não se satisfazia com o escrutínio feito pela imprensa, através das notícias, exigindo que fossem prestados os esclarecimentos devidos ao Parlamento. Terminou apelando ao GP do PS para que alterasse a sua posição e afirmando que a própria Ministra tinha interesse em vir explicar a decisão do Governo.

Para encerrar o debate, tomou a palavra a Senhora Deputada Rita Borges Madeira (PS) que declarou que a Senhora Ministra não temia vir responder ao Parlamento, não obstante, o seu GP não compreendia que essa vinda se desse para que a mesma explicasse uma prática instituída desde 1974. Enfatizou que essa prática se tinha mantido independentemente do valor da inflação e do partido no Governo, pelo que o GP do PS manteria a sua oposição ao requerimento apresentado pelo GP do PCP.

**Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão**

**ATA NÚMERO 40/XV/ 1.ª SL**

Colocado à votação o requerimento foi rejeitado com os votos contra do PS e os votos a favor do PSD, do CH, do PCP e do BE.

7. Outros assuntos:

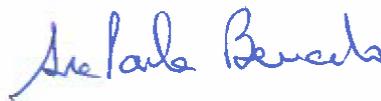
- Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição do Senhor Ministro da Educação e da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, em reunião conjunta com a Comissão de Educação e Ciência (8ª Comissão), sobre a concretização do Decreto-lei n.º 54/2018, de 6 de março, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva;
- Requerimento, apresentado pelo Grupo Parlamentar da IL, para audição do Senhor Ministro da Educação e da Senhora Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, em reunião conjunta com a Comissão de Educação e Ciência (8ª Comissão), sobre a concretização do Decreto-lei n.º 54/2018, de 6 de março, que estabelece o regime jurídico da educação inclusiva.

O GP do PS opôs-se à inclusão na ordem do dia dos requerimentos acima indicados, pelo que a sua apreciação foi adiada para a reunião seguinte.

A reunião foi encerrada às 12 horas e 41 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 1 de março de 2023.

**A VICE-PRESIDENTE**



**(Ana Bernardo)**



**Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão**

**ATA NÚMERO 40/XV/ 1.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Ana Bernardo (PS)  
Cristina Mendes Da Silva (PS)  
Cristina Sousa (PS)  
Gilberto Anjos (PS)  
Jorge Gabriel Martins (PS)  
Rita Borges Madeira (PS)  
Tiago Barbosa Ribeiro (PS)  
Clara Marques Mendes (PSD)  
Emília Cerqueira (PSD)  
Helga Correia (PSD)  
Hugo Maravilha (PSD)  
Isabel Meireles (PSD)  
Nuno Carvalho (PSD)  
Jorge Galveias (CH)  
Alfredo Maia (PCP)  
Isabel Pires (BE)  
Mara Lagriminha Coelho (PS)  
Carla Madureira (PSD)  
Gabriela Fonseca (PSD)  
Rui Cruz (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Fernando José (PS)  
Paula Reis (PS)  
Sérgio Monte (PS)  
Joana Barata Lopes (PSD)  
Pedro Roque (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Marta Freitas (PS)  
Rosa Venâncio (PS)  
Carla Castro (IL)  
Paula Cardoso (PSD)